

Educação em Foco

POLÍTICA DE ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA

“Rumo ao Saber: Alfabetizando Vidas ”



Hélio da Silva

Prefeito

Alteme Franco De Carvalho

Vice- Prefeito

Maria Aparecida Alves Pereira Rezende

Secretária Municipal de Educação

Eliane Anízio Barbosa

Diretora Pedagógica da SEMED

Nivair José Bennatti

Diretor do Departamento Administrativo

Equipe de Elaboração

Maria Aparecida Alves Pereira Rezende

Marcos Pereira De Souza

Eliane Anízio Barbosa

Celma Reggiani



SUMÁRIO

01-	Contextualização.....	5
02-	Diagnóstico.....	8
03-	A definição de estratégias.....	11
04-	O que é <criança alfabetizada=?	11
05-	O que o PAIC/TCE?	12
06-	O que é o programa municipal <rumo ao saber: alfabetizando vidas=?	13
07-	Fundamentação legal do programa.....	14
08-	Qual é o público alvo do programa?	15
09-	Quais são os objetivos do programa?	15
	9.1- Objetivo Geral.....	15
	9.2- Objetivos Específicos.....	15
10-	Fundamentação pedagógica.....	16
11-	Indicadores de alfabetização como instrumento de gestão ...	17
12-	Perfil de saída do 1º ano	19
13-	Perfil de saída do 2º ano	20
	13.1- habilidades que devem ter sido dominadas:	21
14-	Perfil de saída do 3º ano	Erro! Indicador não definido.
	14.1- Habilidades que devem ter sido dominadas	Erro! Indicador não definido.
15-	Eixos estruturantes do programa rumo ao saber: alfabetizando vidas	21
16-	Eixo I- avaliação da política de alfabetização	21
	16.1- Estabelecimento de Metas.....	22
	16.2- Gráfico com os resultados do ideb do 5º ano do Ensino Fundamental das Escolas do Município..	Erro! Indicador não definido.
	16.3- Gráfico com os resultados finais de 2022	22
	16.4- Gráfico com os resultados da avaliação diagnóstica PAIC 2023 – 2º Ano	22
	16.5- Resultado da avaliação diagnóstica PAIC 2023 – 3º Ano	23
17-	Eixo II 3 Compromisso e engajamento das equipes da secretaria de todas as instâncias com a alfabetização dos	

estudantes	23
18- Fortalecimento da ação pedagógica	23
19- A mudança na prática pedagógica das escolas	24
20- Uma nova rotina de sala de aula.....	25
21- Perfil do professor alfabetizador	26
22- Papéis e responsabilidades dos atores que atuam/participam do programa.....	27
23- Eixo III - Formação continuada para professores e equipe gestora	31
23.1- A Formação Continuada na Rede Municipal de Educação Nova Brasilândia D9Oeste.....	31
23.2- Público-alvo da Política de Formação	31
24- Eixo IV - O monitoramento do ensino e aprendizagem	32
24.1- A Avaliação do Ensino e Aprendizagem	32
24.2- Análise, Compreensão do Resultados e Implantação de Estratégias de Mudanças	32
24.3- A Participação das Famílias	33
25- Eixo V - Gestão e gerenciamento do programa rumo ao saber: alfabetizando vidas.....	34
25.1- Gestão da Política.....	34
25.2- Modelo de Gestão - acompanhamento e monitoramento das ações pelos profissionais da SEMED	34
26- Eixo VI 3 valorização profissional.....	38
27- Eixo VII 3 fortalecimento da gestão escolar.....	38
28- Implementação do programa	40
29- Referências.....	41

Programa <Rumo ao Saber: Alfabetizando Vidas=



01- CONTEXTUALIZAÇÃO

A alfabetização é uma das prioridades absolutas em um cenário agravado pelos efeitos da pandemia e do fechamento das escolas. **Garantir a escolarização e o direito à alfabetização** em ensino aprendizagem da língua escrita é o mínimo que se pode fazer para oferecer oportunidade de sucesso escolar de cidadania plena as crianças que ingressam em todas as unidades educacionais brasileiras. Para tanto se faz necessário aproveitar experiência adquiridas por mestres e pesquisadores do assunto e os programas de formação de alfabetizadores que debatem sobre os principais desafios para <garantir o direito de todos à aprendizagem e à escolarização de longa duração e com sucesso.= Para desenvolver práticas de alfabetização e letramento inovadoras e comprometidas com a meta de alfabetizar todas as crianças na idade certa. A Secretaria Municipal de Educação zela por garantir o direito à alfabetização pós pandemia do COVID - 19, que colocou em xeque o processo de manter a escolarização dos estudantes e ao mesmo tempo garantir o direito à aprendizagem.

O atual contexto também é desafiador, onde as crianças aprendem a ler e a escrever interagindo em situações em que experimentam, comparam e aplicam inúmeros conhecimentos sobre linguagem escrita e oralidade, por meio de intervenções intencionalmente planejadas e sistematizadas. Durante a pandemia, grande parte das experiências oferecidas pela educação escolar contou com a possibilidade reduzida de interação com sujeitos que criam pontes, mediam e guiam os estudantes nessas experiências, bem como de interação com amigos, que passam por experiências comuns no universo da cultura escrita. Muitos estudantes viveram essas experiências de modo parcial ou indireto, sem que se verificasse a eficácia de propostas pedagógicas; sem que soubessem das respostas, ideias, hipóteses, formas de buscar soluções empregadas pelas crianças para solucionar tais propostas e, ainda, com oportunidades restritas de trocas. A resposta ativa dos professores e colegas na interação em sala de aula reduziu-se a uma interação indireta, afetando a qualidade do ensino e as oportunidades para aprender a ler e a



escrever. Tal cenário também afetou as oportunidades de tomar parte na escolarização propagada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei nº 8.069/1990 – em seu Art. 53, onde preconiza que a <A criança e o adolescente têm direito a educação. A educação é um direito de todos e visa garantir o pleno desenvolvimento humano a partir de um contínuo processo de ensino- aprendizagem=. É uma prática social, que se estende além da escola, com foco em desenvolver e transmitir conhecimentos, valores e cultura. Cabe ao Estado assegurar acesso universal, permanência e qualidade na educação, em todos os níveis, concebendo uma política educacional de forma sistêmica, da creche ao ensino médio (Educação Básica) em sua integralidade. E, em conformidade com a Resolução nº 4, de 2 de outubro de 2009 – que Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial – prevê, em seu Artigo 8º, que, para a dupla contabilização do estudante no âmbito do FUNDEB, o mesmo deve ser matriculado na classe comum concomitante à matrícula no AEE. A Lei 9394/96 de Diretrizes e Bases da Educação assegura o serviço de apoio especializado, ou atendimento educacional especializado, às pessoas portadoras de deficiência, sempre que for necessário para atender as suas necessidades. Nesse sentido, a Resolução CNE/CEB Nº 4/09 instituiu as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado (AEE) na Educação Básica, modalidade Educação Especial.

É importante ressaltar que, pela sua importância e magnitude, a Educação deve ser uma Política de Estado, jamais de governo, pois esses são transitórios. As escolas, da mesma forma que outras instituições, precisam adaptar-se à nova forma de administrar; adotar como premissa básica, a mudança na forma de atendimento baseada em um processo de transformação contínua por meio do planejamento. A determinação na Constituição Federal de 1988 de que a educação é um direito do cidadão e dever do Estado, da sociedade e da família, amplia a definição de educação e do campo de aplicabilidade do princípio do direito. É nesse sentido que a Constituição



Federal de 1988 estabelece em seu artigo 208, § 1º, que <o acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo=. Sobre o direito subjetivo em relação à educação, é correto afirmar que a educação deve ser gratuita e obrigatória para todas as crianças em idade escolar.

É notório que as dificuldades de aprendizagem resultam de muitos aspectos que interferem na aquisição de novos esquemas, ou seja, na reorganização do cérebro para produção de novos comportamentos. **O Programa**

<Rumo ao Saber: Alfabetizando Vidas= deve ser inserido no projeto político pedagógico, concebido e assumido coletivamente pela comunidade educacional. Deve se respeitar também, o foco do projeto político-pedagógico e o gosto pela aprendizagem, tendo a avaliação das aprendizagens como instrumento de contínua progressão dos estudantes. Dessa forma será possível garantir um ambiente alfabetizador e de letramento. Monitorar a alfabetização, fazer um balanço diário das atividades e dar voz aos estudantes escutando-os com interesse e curiosidade com o objetivo de planejar e desenvolver trabalho coletivo e estabelecer rotinas explícitas, visando gerir o tempo dedicado ao ensino e a aprendizagem e ao desenvolvimento da formação continua.

Portanto, o **Programa <Rumo ao Saber: Alfabetizando Vidas=** considera a alfabetização na idade certa como política pública e obrigatória e, estabelece que todos os estudantes sejam alfabetizados no 1º e 2º ano escolar. O percurso escolar só terá eficácia se for definido em uma política de aprendizagem que garanta uma alfabetização integral e que todos tenham acesso ao conhecimento em todas as áreas. Segundo a Unesco, estar alfabetizado é um direito humano que deve ser promovido e definido ativamente: <À alfabetização é um caminho à liberdade= (UNLD 2003 - 2012).

De acordo com o Referencial Curricular do Estado de Rondônia (RCRO), com base na BNCC,

<alfabetizar é trabalhar com a apropriação pelo estudante da ortografia do português do Brasil escrito, compreendendo como se dá este processo (longo) de construção de um conjunto de conhecimentos sobre o funcionamento fonológico da

língua pelo estudante. Para isso, é preciso conhecer as relações fono-ortográficas, isto é, as relações entre sons (fonemas) do português oral do Brasil em suas variedades e as letras (grafemas) do português brasileiro escrito= (RCRO, p. 145 e 146).

02- DIAGNÓSTICO

No ano de 2020 a humanidade deparou-se com um dos maiores desafios a ser enfrentado. Um acontecimento pandêmico que era impossível imaginar seu tamanho e a sua proporção, em pouco tempo tomou conta da nação brasileira. Os primeiros relatos da doença surgiram em uma cidade da China chamada Wuhan e, em poucos meses, tomou uma proporção devastadora em todo mundo. No Brasil, o primeiro caso confirmado foi registrado em 26 de fevereiro de 2020 no estado de São Paulo, pouco depois, começou a espalhar-se rapidamente em todo território nacional por se tratar de um vírus com alta capacidade de contaminação. No mesmo mês, começaram as primeiras ações governamentais ligadas à pandemia que recebeu a denominação de COVID-19. Ao tomar conhecimento da complexidade da situação o município de Nova Brasilândia D'Oeste, localizado a 481 km de sua capital Porto Velho, no estado de Rondônia, instituiu os seus primeiros decretos municipais como medida de proteção a toda população, objetivando a contenção do vírus. Em 18 de março de 2020 foi publicado o decreto n.º 1021, sendo este o primeiro, que suspendia as aulas presenciais no município de Nova Brasilândia D'Oeste - RO e assim seguiram os demais decretos, n.º 1049 de 18 de maio de 2020 com as medidas necessárias, naquele momento, na tentativa de não deixar o número de contaminados aumentar no município. Diante do quadro pandêmico, a Secretaria Municipal de Educação de Nova Brasilândia D'Oeste-RO, deu início às ações educacionais através de estratégias diferenciadas, construindo Planos de Ações de curto, médio e longo prazo, visando evitar prejuízos maiores à toda comunidade escolar, haja vista que, naquele momento, não seria possível calcular o tempo que as aulas ficariam suspensas. Nos anos iniciais houve mais dificuldades, por ser alfabetização. Observa-se que na realização do processo avaliativo em 2020,



os dados que foram utilizados para a realização de análise e estudos correspondem ao ano de 2019.

É sabido que no país brasileiro ainda é uma realidade a falta de tecnologia e de conectividade, via internet, por famílias carentes. Sabendo disso, na metodologia adotada buscou-se a integração de 100% dos estudantes tendo eles acesso ou não a mecanismos tecnológicos. Os estudantes que não dispunham de aparelhos tecnológicos para se conectarem as plataformas de estudos, foram assistidos por meio de atividades impressas desenvolvidas pela própria instituição de ensino, seguindo o planejamento pedagógico do objeto do conhecimento; já os que tinham acesso aos conteúdos digitais e as plataformas de estudos, foram ofertadas às aulas síncronas, sendo as aulas gravadas pelo professor em temporeal, onde os estudantes tiveram a oportunidade desenvolverem as atividades propostas e de tirarem suas dúvidas, uma verdadeira sala virtual de ensino.

Na modalidade impressa (assíncronas), livros, caderno de atividades, apostilas, plataforma offline, eram disponibilizadas aos pais e responsáveis a cada 15 dias as atividades para resolução em suas residências, conforme decidido em reunião online. Após a resolução das atividades as mesmas eram devolvidas resolvidas pelos estudantes a unidades de ensino, que posteriormente realizavam as correções e as orientações necessárias, sendo que nos atendimentos aos pais contava com a presença dos professores e gestores.

Todo este trabalho foi conduzido com compromisso e dedicação pelos profissionais, principalmente, ao receberem estes pais nas unidades escolares, era necessário sempre o uso de máscaras, álcool 70% e o distanciamento, mantendo a segurança sanitária de prevenção a COVID-19.

As famílias em vulnerabilidade, com dificuldades de locomoção foram atendidas pela Secretaria Municipal de Educação que disponibilizou veículos e seus motoristas para levarem as atividades até aos estudantes.

Por mais que houve um grande esforço para atender os estudantes com aulas não presenciais, naquele período pandêmico, muitos desses estudantes não apresentaram aprendizagem satisfatória para o ano escolar em que estavam matriculados, conforme apontam os dados coletados, por isso, faz-se necessário manter ao longo dos anos este processo de recuperação da aprendizagem, pois



parte dos estudantes não foram sequer alfabetizados na idade certa. Diante deste cenário, foi elaborado um Plano de Recuperação para Recomposição de Aprendizagem dos estudantes que não desenvolveram as habilidades necessárias para o ano em curso. Além do reforço escolar obrigatório previsto em lei, foi também pago horas suplementares aos professores alfabetizadores, proporcionadas através da Portaria nº 04 de 14 agosto 2021, a partir de 16 agosto de 2021, quando retornaram as aulas presenciais.

A secretária Municipal de Educação e a equipe da SEMED, na preocupação de ampliar a oferta e garantir as aprendizagens necessárias, desenvolveram ações que visaram impulsionar um processo de aprendizagem através de indicadores de resultados por meio de avaliações diagnósticas e formação continuada. O Município de Nova Brasilândia D'Oeste, por meio da Secretaria Municipal de Educação, assinou adesão junto ao Tribunal de Contas do Estado (Tribunal de Contas - Educação) no PAIC- Políticas de Alfabetização na Idade Certa, bloco VI, com início no ano de 2023.

A secretaria já vinha engajada na recomposição de objetos de conhecimento, mais ainda não o suficiente para sanar as lacunas existentes. Com o PAIC o município entra com os materiais didáticos pedagógicos, diárias para professores, diretores, coordenadores pedagógicos, motoristas e formador local e o TCE- Educação custeia os formadores especialista, por meio da assessoria e a elaboração dos cadernos.

Os dados da última avaliação do Saeb mostra que **apenas uma em cada três crianças é alfabetizada na idade certa no Brasil**. Ou seja: a maioria é analfabeta dentro da própria escola, o que provoca graves repercussões na sequência escolar e na vida dessas crianças. Embora o cenário educacional de NovaBrasilândia ainda seja um pouco melhor em relação ao país, também há lacunas visto que o público estudantil ainda necessita de alguns anos de recuperação da aprendizagem para se normalizar. Diante do exposto acredita-se que o processo de recuperação seja gradativo e cabe afirmar, nesse contexto, que uma criança que não consegue se alfabetizar na idade certa, terá mais dificuldade para aprender e desenvolver os estudos nos anos/séries posteriores.



03- A DEFINIÇÃO DE ESTRATÉGIAS

De acordo com os resultados analisados dos estudantes no ano de 2019 e do questionário respondido pelos professores, os dados mostraram o nível de aprendizagens das crianças nas turmas dos 1º e 2º anos na rede municipal de Nova Brasilândia D'Oeste - RO.

As informações coletadas através das respostas dos professores e análise dos resultados dos estudantes permitem a proposição das seguintes estratégias:

- I. Traçar metas da Secretaria de Educação para 2021;
- II. Levantamento do Perfil do professor a partir dos resultados dos alunos;
- III. Indicador do compromisso com a alfabetização por parte da equipe gestora da escola a partir dos resultados dos estudantes;
- IV. Indicadores que subsidiam a Gestão da SEMED na tomada de providência quanto ao avanço das crianças com necessidades de aprendizagem em relação à alfabetização;
- V. Aproximação das ações da escola e do professor alfabetizador com a SEMED, a partir, da devolutiva para as escolas e para os professores;
- VI. Formação continuada tendo como documento o Referencial Curricular do Estado de Rondônia.

O Programa Rumo ao Saber: Alfabetizando Vidas é resultado de uma ampla discussão e análise dos resultados das avaliações do Tempo de Aprender oferecida pelo MEC e das avaliações diagnósticas realizadas nas instituições escolares que evidenciaram as dificuldades existentes na alfabetização.

04- O QUE É <CRIANÇA ALFABETIZADA=?

O Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, em regime de colaboração entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios, almeja, por meio da conjugação dos esforços, garantir o direito à alfabetização de todas as crianças do país. O foco é garantir que 100% das crianças brasileiras estejam alfabetizadas ao final do 2º ano do Ensino Fundamental; além da recomposição das aprendizagens, com foco na alfabetização, de 100% das crianças matriculadas no 3º, 4º e 5º ano,



afetadas pela pandemia. O fomento ao Regime de Colaboração entre União, Estados e Municípios coloca luz num conceito importante para avançarmos como nação: o protagonismo de estados e municípios na construção das soluções para o enfrentamento dos problemas referentes ao processo de alfabetização das crianças. Todos estarão representados nas instâncias de governança sistêmica do Compromisso.

Essa grande rede colaborativa permitirá reconhecer as diversidades e desigualdades territoriais do Brasil e fortalecerá a ideia de se buscar caminhos diversos para a alfabetização na idade certa em cada estado. Em colaboração com os municípios, cada Estado, elaborará a sua política territorial, de maneira a dar conta de suas especificidades. Nessa rede, cabe a União apoiar, técnica e financeiramente, os entes federados na medida das suas necessidades e também reconhecer e valorizar os esforços gigantes que esses entes já têm mobilizado na direção de alfabetizar todas as crianças.

No ano de 2023, foi feita a adesão do programa **<Criança Alfabetizada =** do Governo Federal por meio do FNDE/ Ministério da Educação,(PAR) que será continuidade das políticas de alfabetização, somada às já existentes, sendo distinta a prestação de contas.

05- O QUE O PAIC/TCE?

A Política de Alfabetização na Idade Certa, TCE- Educação, oferece assessoria técnica para apoiar a concepção e implementação da política de alfabetização, por meio de diagnósticos e orientações organizadas, materiais para estudantes e professores para desenvolvimento da política pública de alfabetização.

O Município de Nova Brasilândia D'Oeste, fez a adesão em 2022 e no início de 2023 foi implementado as ações, sendo realizados encontros de formação dos profissionais da rede de ensino que atuam diretamente no ciclo de alfabetização, incluindo professores alfabetizadores, gestores e supervisores escolares, no bloco VI no polo de São Miguel do Guaporé. A Secretária Municipal de Educação custeia as diárias e locomoção dos profissionais. A Secretaria também contribui na definição de um conjunto de indicadores e metas pactuados com a rede, sendo esta



tarefa fundamental no processo que garante a convergência de esforços para o alcance de resultados junto aos estudantes.

06- O QUE É O PROGRAMA MUNICIPAL <RUMO AO SABER: ALFABETIZANDO VIDAS=?

O Programa <**Rumo ao Saber: Alfabetizando Vidas**= é uma iniciativa da Secretaria Municipal de Educação que tem como objetivo principal alfabetizar todas as crianças, estudantes da rede, até o 2º ano do ensino fundamental e continuar o acompanhamento pedagógico personalizado às crianças estudantes do 3º ano do ensino fundamental com objetivo de oferecer subsídios necessários para o desenvolvimento das habilidades correspondentes a esse ano escolar.

Indicadores nacionais mostram que as habilidades de leitura e escrita previstas na Base Nacional Comum Curricular não estão sendo consolidadas ao final do 5º ano, situação na qual requer um conjunto de esforços que envolve todos os agentes no processo educativo desde as crianças que ingressam na educação infantil, os profissionais da escola, os técnicos pedagógicos que atuam na Secretaria e à comunidade escolar. Mediante esta análise é necessário elencar estratégias de trabalho onde todos se sintam co-participes no processo de ensino e aprendizagem e com isso <Ampliar a autonomia intelectual, a compreensão de normas e os interesses pela vida social= (BRASIL, 2017, p.55).

Para concretizar a alfabetização, o estudante deve compreender progressivamente o desenvolvimento da consciência fonológica, a autonomia da leitura, a compreensão e produção de textos, com foco na apropriação do sistema da escrita alfabética e em práticas de linguagem socialmente situadas.

A elaboração do Programa, por meio de esforço conjunto e colaborativo de todos os setores da SEMED, surge da necessidade de melhorar os processos de alfabetização nas escolas da rede, visando contribuir e apoiar as unidades escolares de forma colaborativa e interventiva para que a alfabetização aconteça nas turmas de 1º e 2º anos do Ensino Fundamental.

O Programa será implementado por meio de articulação e cooperação entre a Secretaria e as Unidades Escolares, com o apoio dos demais setores que a



compõem.

07- FUNDAMENTAÇÃO LEGAL DO PROGRAMA

- A Constituição Federal de 1988- dispõe que a educação é direito de todos e dever do Estado e da família;
- Lei 9394/96- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional determina que no ensino fundamental a formação básica do cidadão ocorra mediante o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo, e estabelece a educação de jovens e adultos;
- Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024
- 2003 Criado o Programa Brasil Alfabetizado, no intuito de contribuir para a universalização da alfabetização de jovens, adultos e idosos e elevar sua escolaridade;
- 2003 O relatório Alfabetização Infantil: os novos caminhos, elaborado por um grupo de eminentes cientistas a pedido da Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados, chega à conclusão de que as políticas e as práticas de alfabetização de crianças no Brasil, bem como os currículos de formação e capacitação de professores alfabetizadores, não acompanharam a evolução científica e metodológica ocorrida em todo o mundo;
- 2011 O documento Aprendizagem Infantil: uma abordagem da neurociência, economia e psicologia cognitiva, publicado pela Academia Brasileira de Ciências, corrobora a tese do relatório Alfabetização Infantil: os novos caminhos e traz novas evidências;
- 2012 Instituído o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (Pnaic), no intuito de cumprir a meta 5 do PNE então vigente;
- 2013 Primeira edição da Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA);
- 2014 Aprovado o Plano Nacional de Educação (PNE), referente ao decênio 2014-2024;



- 2016 - RCRO Referencial Curricular de Rondônia
- 2017 Promulgada a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), por meio da Resolução CNE/CP n.º 2 de 22 de Dezembro de 2017 que Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica;
- Decreto nº 9.765 de 11 de abril de 2019 que institui a Política Nacional de Alfabetização;

08- QUAL É O PÚBLICO ALVO DO PROGRAMA?

O Programa Rumo ao Saber: Alfabetizando Vidas terá como público alvo os estudantes do 1º e 2º ano do Ensino Fundamental devidamente matriculados nas unidades escolares da Rede Pública Municipal de Ensino de Nova Brasilândia D'Oeste.

09- QUAIS SÃO OS OBJETIVOS DO PROGRAMA?

9.1- Objetivo Geral

Garantir que os estudantes das escolas da Rede Pública Municipal de Ensino sejam alfabetizados até o 2º ano do Ensino Fundamental.

9.2- Objetivos Específicos

- Implantar e Implementar o Programa Rumo ao Saber: Alfabetizando Vidas nas escolas que atendem ao 1º ano e 2º ano do Ensino Fundamental com vistas a garantir que os estudantes sejam alfabetizados até o final do 2º ano;
- Monitorar e propor intervenções que potencializam o desenvolvimento de ações pedagógicas de alfabetização dos estudantes junto às escolas envolvidas;
- Auxiliar os professores alfabetizadores em suas ações pedagógicas e formativas;
- Realizar acompanhamento pedagógico personalizado aos estudantes do



3º ano do ensino fundamental com objetivo de oferecer subsídios necessários para o desenvolvimento das habilidades correspondentes a esse ano escolar.

10- FUNDAMENTAÇÃO PEDAGÓGICA

A proposta pedagógica do Programa está embasada nas concepções de alfabetização e letramento e devem estar presentes nas discussões sobre aprendizagem e ensino da alfabetização de maneira a orientar os professores alfabetizadores em suas escolhas do que ensinar e de como ensinar.

Algumas concepções:

- **Língua e ensino da língua**

A língua é um sistema que tem como centro a interação verbal, que se faz através de textos ou discursos, falados ou escritos. Isso significa que esse sistema depende da interlocução (inter+locução = ação lingüística entre sujeitos) (FERREIRO e TEBEROSKY, 1985).

Logo, é possível, perceber que esta concepção direciona o ensino da língua a valorizar as interações e usos da língua em contextos sociais reais, rejeitando um ensino meramente transmissivo de conceitos e regras prontas para produções mecânicas.

- **Alfabetização**

Historicamente o conceito de alfabetização se identificou ao ensino aprendizagem da <tecnologia da escrita=, quer dizer, do sistema alfabético de escrita, o que, em linhas gerais, significa, na leitura, a capacidade de decodificar os sinais gráficos, transformando-os em <sons=, e, na escrita, a capacidade de codificar os sons da fala, transformando-os em sinais gráficos. (Pró-Letramento: Alfabetização e Linguagem, 2007).

- **Letramento**



O termo letramento é o resultado da ação de ensinar ou de aprender a ler e escrever, bem como o resultado da ação de usar essas habilidades em práticas sociais, é o estado ou condição que adquire um grupo social ou um indivíduo como consequência de ter-se apropriado da língua escrita e de ter se inserido num mundo organizado diferentemente: a cultura escrita.(Pró Letramento: Alfabetização e Linguagem, 2007).

- **Ensino da língua escrita**

A língua é um sistema que se estrutura no uso e para o uso, escrito e falado, sempre contextualizado. No entanto, a condição básica para o uso escrito da língua, que é a apropriação do sistema alfabético, envolve, da parte dos alunos, aprendizados muito específicos, independentes do contexto de uso, relativos aos componentes do sistema fonológico da língua e às suas inter-relações. .(Pró Letramento: Alfabetização e Linguagem, 2007).

A proposta pedagógica do Programa é **alfabetizar letrando** que significa orientar a criança para que aprenda a ler e a escrever levando-a a conviver com práticas reais de leitura e de escrita.

A ideia central é pautar o trabalho pedagógico na alfabetização como processo de apropriação do sistema de escrita, levando a criança a compreender a base alfabética e ortográfica de maneira que possa ler e escrever convencionalmente e juntamente a essa ideia propõe-se o letramento como processo de inserção e participação na cultura escrita.

Deve-se compreender que alfabetização e letramento são processos diferentes em suas especificidades mas complementares, ambos devendo ser vivenciados simultaneamente, levando a criança não só a ser alfabetizada mas a usar as habilidades de leitura e escrita em sua prática social.

Nosso desafio é conciliar esses processos para que ao final do 2º ano do ensino fundamental nossos estudantes estejam de fato alfabetizados e fazendo uso dessa condição em práticas sociais de leitura e escrita.

11- INDICADORES DE ALFABETIZAÇÃO COMO INSTRUMENTO DE GESTÃO



A gestão por resultados no campo educacional se sustenta no Programa, como uma política pública educacional com foco na melhoria dos índices de alfabetização no 1º e 2º anos do ensino fundamental.

O Programa Rumo ao Saber prevê a disseminação da avaliação processual no município como ferramenta para tomadas de decisões políticas. Prevê a criação de um plano de acompanhamento sistemático do desempenho de leitura e escrita dos estudantes, por meio de um programa de assessoramento junto aos professores, monitoramento dos indicadores, coleta e registro online dos resultados de avaliações aplicadas com regularidade pelas escolas. Pautada nas expectativas de aprendizagem e em habilidades mínimas que os estudantes precisam atingir para avançar, as avaliações terão como objetivos identificar o nível de aprendizado dos estudantes em cada fase, identificando: não alfabetizado, alfabetização incompleta, alfabetizado e alfabetizado consolidado. (Ehri, 2013).

Nível 1 Pré-alfabética - Não alfabetizado (Pré- Silábica)	• Escreve com desenhos ou rabiscos • Mistura números ou outros sinais, em sua escrita; • Confunde tipos diferentes de uma mesma letra; • Usa letras até o fim da linha para escrever uma palavra; • Faz leitura global; • Usa um número fixo de letras para escrever qualquer palavra. Varia as letras para escrever palavras diferentes, mas não estabelece relação entre a letra que utiliza e o som da palavra; • Reconhece e usa poucas letras; não relaciona letra ao som.
Nível 2 Alfabética parcial Alfabetização incompleta (Silábica)	• Participa oralmente nas tarefas com os textos estudados; • Escreve seu nome alfabeticamente, ainda que não ortograficamente; • Reconhece famílias silábicas já estudadas; • Identifica oralmente o número de sílabas em uma palavra; • Identifica fonemas: som inicial, som final nas palavras; • Reconhece a ordem alfabética;

	• Lê com dificuldade sílabas do tipo consoante/vogal já estudadas; • Escreve palavras, tendo como pista o nome da letra no início da palavra. Em algumas situações atribui uma letra a cada sílaba.
Nível 3 Fase alfabética completa - Alfabetizado	• Lê por meio da recodificação fonológica e requer o processamento de todas as relações letra-som na palavra; • A leitura é mais precisa; • Identifica uma palavra familiar; • Identificação de todas as letras de cada palavra e sua respectiva correspondência sonora.
Nível 4 Fase alfabética consolidada	• lê sequências de letras que ocorrem com uma grande frequência; • Desenvolve a relação entre as habilidades de ler e escrever; • Domínio da ortografia.

12- PERFIL DE SAÍDA DO 1º ANO

Participar de situações de interações orais (rodas de conversa, rodas de leitura, rodas de estudo etc.), ouvindo com atenção, formulando perguntas e fazendo comentários sobre o tema tratado.

Ao final do 1º ano a criança deve ter o conhecimento do alfabeto e da mecânica da escrita/leitura; consiga <codificar e decodificar= os sons da língua (fonemas) em material gráfico (grafemas ou letras); desenvolver consciência fonológica (dos fonemas do português do Brasil e de sua organização em segmentos sonoros maiores como sílabas e palavras); conhecer o alfabeto do português do Brasil em seus vários formatos (letras imprensa e cursiva, maiúsculas e minúsculas); estabelecer relações grafofônicas entre esses dois sistemas de materialização da língua;

Para isso, o estudante precisa dominar o seguinte conjunto de habilidades:



-
- Compreender diferenças entre escrita e outras formas gráficas (outros sistemas de representação);
 - Conhecer o alfabeto;
 - Dominar as relações entre letras e seus sons;
 - Conhecer a natureza alfabética do nosso sistema de escrita;
 - Dominar as relações entre grafemas e fonemas;
 - Dominar as convenções gráficas (letras maiúsculas, minúsculas e cursiva);
 - Saber decodificar palavras e textos escritos;
 - Saber ler, reconhecendo as palavras;
 - Ampliar a sacada do olhar para porções maiores de texto que meras palavras, desenvolvendo fluência e rapidez de leitura (fatiamento);
 - Diferenciar desenhos/grafismos (símbolos) de grafemas/letras (signos);
 - Desenvolver a capacidade de reconhecimento global de palavras (que chamamos de leitura <incidental=, como é o caso da leitura de logomarcas em rótulos), que será depois responsável pela fluência na leitura;
 - Construir o conhecimento do alfabeto da língua em questão;
 - Perceber quais sons se deve representar na escrita e como;
 - Construir a relação fonema-grafema: a percepção de que as letras estão representando certos sons da fala em contextos precisos;
 - Perceber a sílaba em sua variedade como contexto fonológico desta representação.

13- PERFIL DE SAÍDA DO 2º ANO

No 2º ano, os estudantes devem ser capazes de planejar a fala, adequando-a a diferentes interlocutores em situações comunicativas do cotidiano escolar (exposição oral e rodas em geral) com maior e menor formalidade. Deverão ser capazes de ler, interpretar e escrever com autonomia. Escrever bilhetes e cartas, em meio impresso e digital - e-mail, mensagem em rede social. Devem também ler, com autonomia e fluência, textos curtos, com tema e vocabulário adequados à sua faixa etária, silenciosamente e em voz alta.

Decodificação. Fluência leitora. Domínio da escrita em palavras formadas por sílabas do tipo consoante/vogal, domínio de sílabas complexas.



13.1- Habilidades que devem ter sido dominadas:

- Dominar as convenções gráficas (letras maiúsculas, minúsculas e cursiva);
- Conhecer o alfabeto;
- Compreender a natureza alfabética do sistema de escrita;
- Dominar a relação entre grafema e fonema;
- Saber decodificar palavras e textos escritos;
- Saber ler, reconhecendo globalmente as palavras;
- Ampliar a sacada do olhar para porções maiores que o texto que meras palavras, desenvolvendo assim fluência e rapidez de leitura;
- Diferenciar desenhos/grafismos (símbolos) de grafemas/letras (signos);
- Desenvolver a capacidade de reconhecimento global de palavras (que chamamos de leitura <incidental>, como é o caso da leitura de logomarcas em rótulos), que será depois responsável pela fluência na leitura;
- Construir o conhecimento do alfabeto da língua em questão;
- Perceber quais sons se deve representar na escrita e como;
- Construir a relação fonema-grafema: a percepção de que as letras estão representando certos sons da fala em contextos precisos;
- Perceber a sílaba em sua variedade como contexto fonológico desta representação.

14- EIXOS ESTRUTURANTES DO PROGRAMA RUMO AO SABER: ALFABETIZANDO VIDAS

- I Avaliação da Política de Alfabetização
- II Compromisso e engajamento das equipes da Secretaria de todas as instâncias com a alfabetização dos estudantes
- III Formação Continuada para Professores e Equipe Gestora
- IV Monitoramento do Ensino Aprendizagem
- V Gestão e Gerenciamento do Programa
- VI Valorização Profissional

15- EIXO I - AVALIAÇÃO DA POLÍTICA DE ALFABETIZAÇÃO

A avaliação acontecerá em três etapas, aplicada à todos os estudantes



do 1º, 2º:

- Avaliação Diagnóstica será aplicada no início do ano letivo, preferencialmente antes do término do 1º bimestre (realizada pela escola);
- Avaliação de processo;
- Avaliação de Resultados Finais será aplicada na última semana de novembro/primeira semana de dezembro.

Diante dos resultados alcançados pelas crianças e a análise detalhada dos dados, a Secretaria poderá traçar estratégias de trabalho personalizadas, ou seja, conforme a necessidade da situação apontada.

16.1- Estabelecimento de Metas

- 1º ano - 85% de alfabetização (de acordo com o perfil de saída do 1º ano)

Obs: Até o final do 2º Bimestre os 15% de alunos que não foram alfabetizados no 1º ano, deverão estar alfabetizados no 2º ano.

- 2º ano - 100% de alfabetização (de acordo com o perfil de saída do 2º ano)

- Elevar o IDEB de 6.1 para 6.3 e continuamente, conforme o previsto pelos indicadores do IDEB.

- Plano de ação para os estudantes que não alcançarem níveis satisfatórios de aprendizagem ao final do 1º semestre;

16.2- Gráfico com os resultados finais de 2022



16.5- Resultado da avaliação diagnóstica PAIC 2023 3 3º Ano



17- EIXO II 3 COMPROMISSO E ENGAJAMENTO DAS EQUIPES DA SECRETARIA DE TODAS AS INSTÂNCIAS COM A ALFABETIZAÇÃO DOS ESTUDANTES

- Leitura e apropriação do Programa ;
- Participação das ações voltadas à implantação, divulgação, organização e cumprimento do Programa ;
- Cumprimento das atividades sob a responsabilidade;
- Cumprir os prazos estipulados nos instrumentais de assessoramento e monitoramento das ações.

18- FORTALECIMENTO DA AÇÃO PEDAGÓGICA

Por meio de ações que visem o sucesso dos estudantes e também, o sucesso profissional e pessoal dos atores educacionais, todos devem acolher o Programa Rumo ao Saber: Alfabetizando Vidas com compromisso e colocar-se a serviço do desenvolvimento humano e da construção da cidadania, percebendo a



importância do seu papel como educador e estando acessível aos desafios diários a serem superados.

Para tal fortalecimento elencamos algumas ações:

- Apropriação da proposta do Programa Rumo ao Saber: Alfabetizando Vidas por todos os atores envolvidos;
- Implementação de gestão orientada por resultados com foco no alcance das metas estabelecidas no Programa.
- Formações continuadas, lideradas pela equipe de profissionais de Formação da SEMED;
- Envolvimento e engajamento de toda equipe escolar;
- Fortalecimento da gestão escolar, no que corresponde às ações pedagógicas, focando na liderança, responsabilidade e comprometimento dos gestores;
- Fortalecimento do apoio dos supervisores escolares e orientadores educacionais com as turmas atendidas pelo Programa;
- Fortalecimento da responsabilidade e comprometimento dos pais e/ou responsáveis pelo acompanhamento da vida escolar do estudante;
- Estipular e cumprir metas do Programa, no que se refere à alfabetização dos estudantes do 1º e 2º ano do ensino fundamental, considerando disposto no RCRO;

19- A MUDANÇA NA PRÁTICA PEDAGÓGICA DAS ESCOLAS

A primeira mudança é a equipe escolar acreditar no potencial do estudante, estando presente integralmente em todas as horas letivas, contando como apoio de todos os profissionais que estão envolvidos no processo educacional, sendo compartilhada ações, planejamento e avaliações no que se refere ao aprender a ensinar.

Para tal mudança elencamos alguns aspectos:

- À equipe escolar, aceita os desafios profissionais e pessoais;
- O profissional que atuará nas turmas de 1º e 2º ano deverá atender as especificidades correspondentes ao professor alfabetizador;



-
- O ambiente para atendimento das crianças deverá ser estimulador, contando com organização do tempo e espaço para eficiência do ensino e da aprendizagem;
 - Número de crianças por sala de aula atenderá as legislações vigentes;
 - Suporte da equipe gestora junto ao planejamento de aula do professor, oferecendo entre eles troca de experiências;
 - Fortalecer o trabalho em equipe, voltados às ações pedagógicas;
 - Assegurar o monitoramento dos indicadores de alfabetização e inserção no sistema de monitoramento;
 - Assegurar o monitoramento e a avaliação periódica da execução e dos resultados do Programa;
 - Promover o acompanhamento sistemático dos resultados mensais, da progressão da aprendizagem dos estudantes regularmente matriculados no 1º e 2º ano do ensino fundamental;
 - Avaliar o impacto do Programa na aprendizagem dos estudantes, com o objetivo de gerar evidências para seu aperfeiçoamento;

20- UMA NOVA ROTINA DE SALA DE AULA

Ao planejar o cotidiano da sala de aula e garantir o tempo necessário para cada atividade, o professor dará ao estudante a oportunidade de participar ativamente do processo de sua própria aprendizagem.

Para tanto, retomamos os grandes eixos de aprendizagem dos estudantes, sendo eles:

- **Linguagem oral:** A linguagem oral, incluindo fala, escuta e compreensão, acompanha todas as interações que as crianças estabelecem na prática social. É assim que os estudantes se adaptam à cultura escolar desde o momento em que entram na escola. As crianças ingressam na escola pela linguagem, com os signos de classe social, origem e identidade cultural composta por saberes, crenças e valores. Portanto, trazem à diversidade linguística do grupo social à que pertencem.
- Para que as escolas da rede municipal promovam efetivamente o processo de



aprendizagem dos estudantes no processo de alfabetização do 1º ao 2º ano do Ensino Fundamental, é necessário o reconhecimento da diversidade e livrar-se dos preconceitos educacionais existentes nas falas das classes populares e acolher todas as crianças que trazem sua bagagem cultural, pois entendemos que à população brasileira fala de maneiras diferentes, dependendo do espaço geográfico, da classe social e do gênero que ocupam, por isso se faz mais do que necessário à ampla valorização da linguagem oral em sala de aula.

- **Leitura:** A leitura deve existir durante todo o processo de alfabetização, como uma atividade permanente e que deve ser enfatizada no planejamento do professor. Os mais diversos textos devem ser utilizados, listas, textos pequenos, paródias, poemas e outros que possam proporcionar ao estudante diversidade de leituras.
- **Análise linguística (conhecimento do sistema):** Essa prática está ligada à sistematização da alfabetização, propondo reflexões sobre o sistema de escrita alfabética e o funcionamento da língua e de outras línguas. Há também a necessidade de ensinar as especificidades de cada prática de linguagem também nas mídias digitais. Assim, podemos apontar a importância de que o professor deve utilizar as novas tecnologias como uma prática pedagógica, estimulando os estudantes à visão crítica sobre a utilização das ferramentas digitais, considerando os aspectos éticos, estéticos e políticos.
- **Produção textual:** é importante que o professor utilize as estratégias necessárias para que os estudantes tenham o domínio progressivo da habilidade para a produção de textos em diferentes gêneros, sempre tendo em vista a interatividade e a autoria. Neste eixo o professor pode adotar metodologias que proponham aos estudantes a liberdade da escrita, de acordo com suas possibilidades, ainda que de maneira não convencional.

21- PERFIL DO PROFESSOR ALFABETIZADOR

No mínimo, os professores alfabetizadores precisam atender aos seguintes critérios para atuar nos 1º e 2º ano do Ensino Fundamental:





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO/SEMED

- Ter habilidades para interagir com os estudantes desta faixa etária, dinamizando o processo pedagógico e promovendo situações lúdicas de aprendizagem;
- Ser assíduo e pontual, evidenciando compromisso com os processos pedagógicos e de gestão orientados pela escola;
- Realizar o plano de aula com base no diagnóstico da turma, replanejar para atender as necessidades de aprendizagens dos estudantes.
- Participar das reuniões do Horário de Trabalho e Planejamento Coletivo (HTPC);
- Participar dos encontros de formação promovidos pela rede, com atitudes de comprometimento para gerar melhores resultados nos processos de alfabetização.

22- PAPÉIS E RESPONSABILIDADES DOS ATORES QUE ATUAM/PARTICIPAM DO PROGRAMA

Trata-se de um compromisso conjunto da Prefeitura e Secretaria Municipal de Educação de Nova Brasilândia D'Oeste, com as equipes das escolas: gestores escolares, supervisores escolares, professores alfabetizadores e famílias em assegurar que todos os estudantes da rede estejam alfabetizados até os 7 anos de idade, ao término do 2º ano do ensino fundamental.

Ao aderir ao programa, os responsáveis envolvidos comprometem-se à:

Prefeito:

- Adotar o Programa Rumo ao Saber: Alfabetizando vidas como política pública, isto é, como proposta da Secretaria Municipal de Educação para a prática da equidade e da qualidade da aprendizagem a ser implementado nos primeiros anos do ciclo de alfabetização;
- Garantir a adoção dos instrumentos legais necessários à implantação da política educacional definida;
- Assegurar os recursos humanos, materiais e financeiros compatíveis com o Programa e com a política educacional estabelecida;
- Acompanhar os resultados e o cumprimento das metas definidas pela



Secretaria Municipal de Educação;

• Delegar à Secretária de Educação a execução do Programa, dando-lhe a autonomia e o apoio que a função exige.

Secretaria Municipal de Educação- SEMED:

Alinhar-se com o prefeito e assegurar o Programa como política da Secretaria de Educação para os dois anos iniciais do ciclo de alfabetização do Ensino Fundamental.

- Assegurar recursos humanos, físicos, materiais e financeiros necessários para a implementação satisfatória do Programa;
- Coordenar o Programa, juntamente com a equipe de técnicos de acompanhamento pedagógico organizada para a realização do acompanhamento sistemático junto aos supervisores escolares;
- Garantir a reprodução dos documentos e instrumentais (fichas, cartazes, documentos orientadores, formulários necessários), e a presença de professores e supervisores às formações;
- Integrar as ações, resultados e práticas do Programa às demais ações da Secretaria;
- Acompanhar o desenvolvimento e os resultados do Programa;
- Garantir formação continuada aos professores alfabetizadores e gestores escolares;
- Monitorar e assessorar as unidades escolares que atuam com turmas de 1º e 2º anos;
- Estabelecer atitudes colaborativas, respeitosas e escuta empática ativa junto às lideranças da rede.

Gestores escolares:

- Aderir ao Programa Rumo ao Saber: Alfabetizando Vidas e manter os alinhamentos necessários com as diretrizes gerenciais e pedagógicas da Secretaria de Educação;



-
- Apresentar o programa à comunidade escolar e mobilizar seus atores para o sucesso da implementação;
 - Garantir suporte técnico, administrativo e pedagógico ao desenvolvimento das ações do supervisor escolar e do professor alfabetizador;
 - Gerenciar mensalmente o acompanhamento das metas e dos indicadores educacionais e de alfabetização das turmas de 1º e 2º anos - frequência de professores, frequência de estudantes, dias letivos previstos e dados, observação das aulas dos professores pelos supervisores;
 - Proporcionar meios para que os professores alfabetizadores participem das formações oferecidas pela equipe de Formação da SEMED;
 - Garantir que os professores que atuam nas turmas de 1º e 2º anos atendam aos critérios de professor alfabetizador;
 - Acompanhar e avaliar a atuação e o resultado do trabalho do supervisor escolar da escola e dos professores;
 - Estabelecer e promover atitudes colaborativas, respeitosas e escuta empática ativa junto aos profissionais da escola e famílias.

Professores Alfabetizadores:

- Aderir ao Termo de Compromisso correspondente às metas do Programa;
- Conhecer detalhadamente as propostas e os instrumentos gerenciais e pedagógicos do Programa, com destaque para os indicadores de monitoramento que serão acompanhados sistematicamente;
- Participar das reuniões de planejamento do HTPC conforme organizadas na escola junto ao coordenador pedagógico;
- Planejar suas aulas e cumprir a rotina e o cronograma definido no planejamento;
- Acompanhar o desenvolvimento dos estudantes pela observação diária;
- Registrar suas observações em locais e formulários específicos, e utilizá-las na elaboração dos planejamentos tendo os indicadores de alfabetização como balizadores de suas observações e atividades;
- Preencher mensalmente os instrumentais do Programa – Ficha de Leitura, Escrita e Oralidade (FLEO), e assegurar que os estudantes preencham



-
- diariamente o Cartaz de Acompanhamento;
 - Promover a aproximação das famílias e a presença dos estudantes às aulas.
 - Estabelecer atitudes colaborativas, respeitosas e escuta empática ativa junto aos estudantes;
 - Garantir a fidedignidade e a permanente atualização dos dados;
 - Participar dos encontros de formação com atitudes de comprometimento para gerar melhores resultados nos processos de alfabetização.

Família:

- Assegurar o cumprimento da frequência do estudante nos dias letivos e com a pontualidade devida;
- Acompanhar diariamente as atividades e ações pedagógicas propostas pela(o) professora (o) alfabetizadora (or);
- Assegurar que o material escolar esteja adequado às necessidades educativas correspondentes à faixa etária do estudante;
- Participar das reuniões de pais propostas pela unidade escolar;
- Estabelecer atitudes colaborativas, respeitosas e empáticas junto aos profissionais da escola e estudantes.

Estudante:

- Comprometer-se com seu processo de aprendizagem por meio da participação e realização das atividades individuais e/ou coletivas propostas pelo professor em sala de aula;
- Comprometer-se com a realização das lições de casa propostas pelo professor;
- Estar presente nas aulas no horário estabelecido;
- Buscar o professor para tirar dúvidas, trazer questionamentos, pedir apoio em situações desafiadoras;
- Estabelecer atitudes colaborativas, respeitosas e empáticas junto aos colegas, ao professor e demais profissionais da escola.



23- EIXO III - FORMAÇÃO CONTINUADA PARA PROFESSORES E EQUIPE GESTORA

23.1- A Formação Continuada na Rede Municipal de Educação Nova Brasilândia D'Oeste

A Secretaria Municipal de Educação de Nova Brasilândia D'Oeste (SEMED) promove formação continuada vista como um processo dinâmico; como um aperfeiçoamento constante que conduz a uma investigação da própria prática. Os saberes docentes se transformam e se ampliam na medida em que o professor busca compreender sua atuação, discute ações, investiga sua própria práxis em sala de aula, empregando esforços para garantir a elevação da qualidade do ensino e da aprendizagem.

O Programa propõe um trajeto formativo em Alfabetização de modo a contribuir continuamente para o aperfeiçoamento e apropriação de conhecimentos, estratégias e práticas em alfabetização junto aos professores dos anos iniciais e profissionais que assessoram os professores nas escolas e equipes técnicas da SEMED.

Este trajeto formativo é constituído de encontros de formação continuada mensal. Também serão oferecidos encontros pela consultoria do Tribunal de Contas aos professores alfabetizadores, além da formação em serviço realizada nas escolas por meio das reuniões de HTPC semanais junto aos coordenadores pedagógicos.

23.2- Público-alvo da Política de Formação

A Política de Formação da rede municipal de Educação visa assegurar excelência à educação dos estudantes da rede, sendo o público-alvo dessa política os profissionais que atuam pedagogicamente nas escolas de Ensino Fundamental no 1º e 2º anos, a saber - o gestor escolar, coordenador pedagógico e o professor de sala de aula. Assim, nessa etapa de formação do professor alfabetizador, além de oferecer o conhecimento teórico do processo de alfabetização a Secretaria dará voz ao professor, a fim de que as experiências exitosas e as dificuldades sejam o pano de fundo de todo processo formativo e que resulte no aperfeiçoamento



profissional. Ao abordar a temática da formação continuada para equipe gestora deve-se ter a clareza de que ela necessita estar a par de todas as ações, programas e projetos implantados nas unidades educativas, visto que ao propor o desenvolvimento do programa todos os atores das escolas devem estar alinhados para alcançar os objetivos propostos, por entender, como sendo, fundamental o alinhamento das ações previstas que contribuirão com o desenvolvimento da capacidade de liderança: visão estratégica, tomada de decisões e condução de grupo, habilidades para o trabalho em equipe e cuidado com o desempenho da escola, além de proporcionar instrumentos para a orientação da rotina escolar, de modo, a evidenciar a importância da gestão da aprendizagem nos anos iniciais.

24- EIXO IV - O MONITORAMENTO DO ENSINO E APRENDIZAGEM

24.1- A Avaliação do Ensino e Aprendizagem

Tendo em vista que o processo de apropriação da base alfabética, elemento estruturante do processo de alfabetização, começa formalmente no início do ciclo de alfabetização, quando a criança está com 6 anos completos. Indicamos que o professor realize, já no primeiro ano, avaliações para subsidiar o planejamento da ação pedagógica, como a construção, pelos professores, de instrumentais de avaliação formativa contínuas e de registro de aprendizagem das crianças.

24.2- Análise, Compreensão do Resultados e Implantação de Estratégias de Mudanças

Constituem mecanismos de avaliação do Programa:

- Avaliação de eficiência, eficácia e efetividade do programa e ações implementadas;
- Incentivo à difusão e análise dos resultados de avaliações externas e internas;
- Desenvolvimento de indicadores para avaliar a eficácia escolar na alfabetização;
- Desenvolvimento de indicadores de fluência em leitura oral e proficiência em



escrita.

24.3- A Participação das Famílias

A responsabilização das famílias pelo acompanhamento da aprendizagem dos estudantes e o incentivo à participação da comunidade na vida escolar são fundamentais para o sucesso da política educacional, evitando a infrequência e a evasão. Para que isso aconteça é necessário mobilizar as famílias para que compreendam os problemas educacionais existentes na escola e no município, e que, de posse dessas informações, se sintam comprometidas com as mudanças propostas pela nova política de alfabetização do município.

É de indispensável relevância que se gere mais união entre escola e família, para que juntos sejam capazes de conceber pessoas mais vinculadas com o bem comum e prontos para viverem em sociedade, como afirma Parolin:

[&] tanto a família quanto a escola desejam a mesma coisa: preparar as crianças para o mundo; no entanto, a família tem suas particularidades que a diferenciam da escola, e suas necessidades que a aproximam dessa mesma instituição. A escola tem sua metodologia e filosofia para educar uma criança, no entanto ela necessita da família para concretizar o seu processo educativo (PAROLIN, 2003, p. 99).

Neste sentido, a Secretaria Municipal de Educação, através de estratégias específicas, estabelecerá uma relação direta com as famílias, promovendo reuniões com alta participação de pais nas diversas unidades escolares, inclusive na zona rural, convocando os pais a estarem mais presentes na vida escolar de seus filhos, a acompanhar de perto o que se passa dentro das escolas, colaborar com o desenvolvimento integral dos estudantes e reivindicar melhorias pedagógicas, estruturais e administrativas no âmbito educacional.



25- EIXO V - GESTÃO E GERENCIAMENTO DO PROGRAMA RUMO AO SABER: ALFABETIZANDO VIDAS

25.1- Gestão da Política

Para se atingir a eficiência educacional e resultados de sucesso na aprendizagem, é preciso garantir o processo de gestão, do início ao fim: diagnóstico educacional da rede municipal de ensino, definição de indicadores de sucesso e metas, elaboração de estratégias, monitoramento e avaliação como rotina, além de planejar uma articulação entre as diversas iniciativas como pano de fundo da responsabilização dos gestores educacionais.

Na educação, o objetivo da política pública é o atendimento ao direito de todos os cidadãos a uma educação de qualidade ao longo da vida, isto, está fundamentado nos documentos legais brasileiros. A legislação é, então, um instrumento da política educacional para garantir unidade e centralização na conduta administrativa da rede municipal de ensino.

25.2- Modelo de Gestão - acompanhamento e monitoramento das ações pelos profissionais da SEMED

Na instituição escolar, cresce a constatação da explícita necessidade de a comunidade conquistar os direitos de cidadão e participar de forma efetiva na gestão da escola, com uma visão de autonomia em relação aos interesses dominantes do Estado. Esse aspecto só terá condições de acontecer, no momento em que aqueles que se beneficiam da democratização na escola, participarem, de forma ativa, das formulações e de decisões direcionadas ao alcance dos objetivos os quais guardam estreita relação com a função social e política da escola.

Pensar e praticar a gestão educacional permite ir além da simples administração, gerenciamento ou monitoramento. Uma gestão eficaz articula conhecimentos, além de ferramentas gerenciais, para garantir compromisso e envolvimento dos responsáveis. Para garantir esse processo é preciso que a rede

municipal de educação garanta aos gestores níveis de autonomia nos campos administrativo, pedagógico e financeiro, e que esses se comprometam com a qualidade do processo e dos resultados nas respectivas unidades. O que se pretende é a construção de uma gestão colaborativa centrada no estudante e nos processos de ensino e de aprendizagem, com foco em resultados em todos os segmentos existentes, que respeite a autonomia escolar sem, contudo, esquecer o pertencimento a uma rede de ensino, organizada preferencialmente como sistema.

• **Estudante:** responsável pelo seu processo de ensino aprendizagem.

• **Professor:** responsável pela Gestão da Sala de Aula ensino/aprendizagem.

• **Família:** responsável pela gestão familiar para garantir a presença das crianças na escola no horário correto e se comprometer com a equipe escolar para fortalecer a aprendizagem dos filhos.

• **Diretor/Coordenador Pedagógico:** responsável pela Gestão da Rotina Escolar.

O objetivo desse modelo de gestão é garantir que as escolas sejam parte da rede municipal de educação e que a secretaria cuide para que esse conjunto de escolas seja uma unidade, com sua diversidade respeitada. Para tanto se faz necessário ações coletivas que garantam responsabilidades compartilhadas entre todos os profissionais envolvidos.

Indicadores monitorados:

Para alcançar as metas propostas e os resultados, o Programa Rumo ao Saber: Alfabetizando Vidas propõe um conjunto de informações que possam ser coletadas ao longo do processo, permitindo intervenções rápidas quando necessárias e garantindo o sucesso esperado. Tais informações dizem respeito à:

Acompanhamento de livros lidos durante o mês:

- a) Espera-se que cada estudante faça a leitura de pelo menos 4 (quatro) livros mensalmente, garantindo assim o estímulo frequente de 1 (um) livro lido por semana



- b) Para garantir o item (a), foi desenvolvido um Cartaz de Acompanhamento de Livros Lidos, que deverá ser utilizado por todas as turmas do 1º e 2º anos do Ensino Fundamental;
- c) O cartaz deverá estar afixado na sala de aula, em lugar de fácil acesso aos estudantes, e de fácil visibilidade, com os nomes do professor e dos estudantes, que deverão marcar diariamente os livros lidos;
- d) Este Cartaz é anual, e deverá ser totalizado mensalmente pelo professor.

Reconhecimento de letras, Leitura, Escrita, Oralidade e Produção de Texto:

Indicadores de reconhecimento de letras:

- 1. não reconhece letras
- 2. reconhece letras
- 3. reconhece sílabas

Indicadores de Leitura:

- 1. não lê
- 2. lê silabando
- 3. lê frases curtas
- 4. lê com fluência

Indicadores de escrita:

- 1. não escreve
- 2. escreve palavras simples não ortograficamente
- 3. escreve palavras simples ortograficamente
- 4. escreve palavras com sílabas complexas não ortograficamente
- 5. escreve palavras com sílabas complexas ortograficamente

Produção de texto:

- 1. não escreve
- 2. escreve frases soltas dentro do tema
- 3. escreve texto com começo meio e fim, com frases simples dentro do



tema

4. escreve textos com frases ampliadas, com desenvolvimento lógico de ideias interligadas por conectivos

Oralidade:

1. comunica-se com pouca clareza e com vocabulário restrito
2. comunica-se com clareza e com vocabulário ampliado
3. comunica-se com segurança e clareza, questiona, pergunta e respeita os turnos de fala.

• Esses indicadores permitem o acompanhamento da evolução da aprendizagem.

• Nesta ficha, o professor registra o desempenho do estudante na aquisição das habilidades de leitura, escrita e oralidade, a partir da observação diária e consolida as informações de toda turma ao final do mês.

• Até o 5º dia útil do mês seguinte o supervisor faz a coleta dessas fichas e insere as informações no sistema de monitoramento e analisa as informações com os professores nas reuniões de HTPC e elabora ações para superar os desafios identificados.

Indicadores de acompanhamento mensal:

• Dias previstos e dados - meta de 100% do cumprimento do calendário escolar;

• Reuniões semanais dos professores com os supervisores – HTPC;

• Observação da aula do professor - 1 vez por semana durante 1 hora;

• Frequência de 98% dos estudantes;

• Frequência de 98% dos professores;

• Lições de casa não feitas - 1,5 lições/mês;

• Livros lidos - 4 livros lidos no mês e 30 livros lidos/ano em média.

- Foi elaborado um cartaz de acompanhamento da frequência mensal, que deverá estar afixado na sala de aula, em lugar de fácil acesso aos



estudantes, e de fácil visibilidade ao supervisor e demais visitas.

- Os próprios estudantes assinalam sua frequência, assim como o professor, que é responsável pelo preenchimento dos demais campos.
- O preenchimento é diário.
- Este cartaz, ao final de cada mês, ficará de posse do coordenador escolar, até o final do ano letivo.

O preenchimento desses formulários é apenas um passo dentro do processo de acompanhamento do gestor. O mais importante é que a equipe escolar, em particular, o coordenador escolar e os professores, utilizem os dados registrados e consolidados neste cartaz para analisar e tomar decisões conjuntamente para rever ações e práticas com o objetivo de melhorar os resultados de ensino e aprendizagem e, rapidamente, alcançar as metas estabelecidas.

26- EIXO VI 3 VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL

O objetivo deste eixo é criar estratégias de incentivo aos professores, coordenadores e gestores escolares, com vistas ao reconhecimento deste profissional da educação que tem como responsabilidade suas atividades profissionais e a entrega de resultados de aprendizagem e alfabetização junto aos estudantes que estão sob a sua responsabilidade.

O Incentivo Salarial para professores Alfabetizadores

A valorização dos profissionais do magistério da Rede Pública Municipal, acontece através de gratificações oferecida aos professores que atende estudantes do 1º e do 2º ano do ensino Fundamental.

27- EIXO VII 3 FORTALECIMENTO DA GESTÃO ESCOLAR

O objetivo deste eixo é intensificar o fortalecimento da autonomia da gestão escolar, pois a SEMED entende que as melhorias nos índices de alfabetização escolar dependem de uma gestão empenhada com todos os segmentos da escola.



Autonomia Pedagógica e Administrativa

O fortalecimento da autonomia da escola é a base de sustentação do processo de responsabilização de todos pela aprendizagem dos estudantes. As escolas da Rede Pública Municipal de Ensino estão organizadas com base nos princípios da Gestão Democrática, visando assegurar a participação da comunidade escolar na gestão do ensino, possibilitando maior grau de autonomia pedagógica, administrativa e de gestão financeira, de forma a assegurar um padrão de qualidade ao ensino.

A gestão autônoma das escolas permite as APPs uma participação mais efetiva na tomada de decisões e melhor gestão dos recursos financeiros, dando oportunidade por meio dos planos de aplicação dos recursos tais como:

- Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE;
- Programa Municipal de Alimentação Escolar - PMAE;
- Programa de Apoio Financeiro às Escolas Municipais - PROAFEM;
- Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE;
- Manutenção e Educação Conectada - PDDE Qualidade, intervir nas necessidades de melhorias dos diversos aspectos.

Algumas atribuições essenciais do papel do gestor para o alcance de metas do Programa:

- Controle e avaliação do desempenho dos recursos humanos da escola;
- Diagnóstico da necessidade de professores e outros funcionários, informando com brevidade à SEMED a carência dos mesmos;
- Assegurar o cumprimento dos 200 dias e 800 horas letivas do calendário escolar;
- Cumprimento dos prazos estabelecidos pela SEMED para apresentar o Projeto Político Pedagógico do ano vigente;
- Assegurar formação continuada aos professores, visando potencializar o capital humano, agregando valor à instituição na qualidade dos serviços de ensino e aprendizagem;



- Assegurar à capacitação dos servidores de acordo com as demandas da escola;
- Estabelecimento e redefinição de metas planejadas a partir dos indicadores educacionais;
- Acompanhamento, controle e avaliação de todas as propostas pedagógicas da escola;
- Análise dos resultados das avaliações externas da aprendizagem dos estudantes;
- Adoção de medidas necessárias à melhoria da qualidade da Educação na escola, visando ao alcance de metas estabelecidos na Rede.

28- IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

Para implementação do Programa Rumo ao Saber: Alfabetizando vidas a SEMED lançará mão das seguintes ações:

1. Realização de formação mensal para os professores das turmas de 1º, 2º e 3º ano;
2. Realização de formação da equipe técnica e gestora educacionais para dar suporte adequado aos professores do ensino fundamental;
3. Formação de professores - módulo de formação inicial e módulo de formação continuada;
4. Auxílio às escolas na elaboração de testes diagnósticos para verificação de níveis de leitura e escrita dos alunos de 1º, 2º e 3º ano;
5. Fortalecimento do monitoramento nas ações das turmas de alfabetização;
6. Fortalecimento do Horário de Trabalho e Planejamento Coletivo-HTPC;
7. Fortalecer à Metodologia de observação de Sala de Aula;
8. Estudar e planejar a lotação de supervisores escolares em todas as escolas da rede;
9. Disseminação na rede de boas práticas de alfabetização.



Recursos

É de responsabilidade da SEMED garantir no Plano Plurianual 2024-2026 recursos que assegurem e mantenham a implementação das ações previstas.

29- REFERÊNCIAS

Brasil. Ministério da Educação. Secretaria de Alfabetização. **PNA Política Nacional de Alfabetização**/Secretaria de Alfabetização. – Brasília : MEC, SEALF, 2019. **PROGRAMA TEMPO DE APRENDER**. Disponível em: <http://alfabetizacao.mec.gov.br/tempo-de-aprender>;

FERREIRO, Emília; TEBEROSKY, Ana. **A Psicogênese da língua escrita**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1985.

Manual Operacional do Sistema de Orientação Pedagógica e Monitoramento disponível em: http://portal.mec.gov.br/docman/abril_2018-pdf/85691-manual-operacional-pmalfa-final/file

Vencendo o desafio da aprendizagem nas séries iniciais: a experiência de Sobral/CE – Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2005.p. 171 – (Série Projeto Boas Práticas na Educação ; n. 1) 1. Política educacional. 2. Qualidade do ensino. 3. Alfabetização – Sobral. I. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 5. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação Edições Câmara, 2010.

PORTO VELHO. Secretaria Municipal de Educação-SEMED. Referencial Curricular do Município de Porto Velho - 1 Edição – 2016.

RONDÔNIA. Secretaria de Estado da Educação. Referencial Curricular do Estado de Rondônia - 2013.

Curso de Formação de Formadores: Alfabetização na Idade Certa. Escola Superior de Contas Escon/RO Docente: Suely Amaral - Jul 2023

